

## Senadores questionam alcance da proposta de reforma tributária

*Levy Dias considera alterações "superficiais" e Geraldo Melo alerta que mudanças devem estar à altura das qualidades de FHC. Ambos propõem exame das sugestões do deputado Ponte*



Geraldo Melo



Levy Dias

### Crise nas prefeituras preocupa Júlio Campos

A decisão dos prefeitos mato-grossenses de promover hoje (segunda-feira) o "Dia do Basta", com o fechamento das prefeituras por 24 horas, em protesto contra a crise financeira que as atinge, recebeu sexta-feira, em plenário, a solidariedade do senador Júlio Campos (PFL-MT).

O senador ressaltou o "estado de calamidade pública" vivido pelas prefeituras de 117 municípios do estado, com a redução, neste segundo semestre, dos recursos repassados pelos fundos constitucionais, especialmente o Fundo de Participação dos Municípios. Segundo Júlio Campos, a crise atinge também o governo estadual.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PFL-RO) compartilhou as preocupações de

Júlio Campos e chamou a atenção para as dificuldades que as prefeituras terão para pagar o 13% salário neste ano, com a queda dos recursos que recebem, muito embora o governo federal tenha registrado ultimamente superávit na arrecadação.

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM), por sua vez, ressaltou as dificuldades do governo federal em prover recursos e sugeriu que as prefeituras e governos estaduais promovam uma reforma estrutural para permitir o melhor aproveitamento de suas finanças. Já o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) entende que, antes de se promover qualquer reforma tributária, devem ser investigadas as razões da queda das receitas.

A proposta de reforma tributária do governo federal foi questionada sexta-feira pelos senadores Levy Dias (PPR-MS) e Geraldo Melo (PSDB-RN). Ambos entendem que o governo deveria ter levado em conta a proposta do deputado Luís Roberto Ponte (RS).

Com o apoio de diversos senadores, Levy Dias considerou a reforma tributária a matéria mais relevante do conjunto de emendas à Constituição encaminhadas pelo governo ao Congresso. Ele disse que, "com alterações superficiais" como as apresentadas pelo Planalto, o país pode estar na iminência de jogar fora uma grande oportunidade de mudar para melhor.

Ao justificar seu apoio à proposta de Ponte, Levy Dias afirmou que o parlamentar gaúcho quer o fim das margens de corrupção, tornando o imposto "insonegável".

Ainda em sua intervenção, Levy Dias condenou a política habitacional oficial. "Nunca se fez tão pouco pela área da habitação", afirmou, acusando o governo de não fixar "objetivos sérios e determinados na área social". Em apertes, Levy Dias recebeu o apoio dos senadores José Fogaça (PMDB-RS), Geraldo Melo, Bernardo Cabral

(PP-AM), Marina Silva (PT-AC) e Valmir Campelo (PTB-DF).

#### DÚVIDAS

Já o senador Geraldo Melo afirmou ter dúvidas se as reformas propostas pelo governo estão à altura das qualidades do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ao considerar que "não adianta dizer que os vilões são os municípios e os estados", Geraldo Melo defendeu soluções políticas e não meramente de administração das contas públicas, única forma de o país não desperdiçar "a oportunidade de entrar no próximo século com um presidente como Fernando Henrique Cardoso".

Referindo-se a um depoimento do ministro Pedro Malan na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Geraldo Melo disse que o ministro insistiu em que há estados cuja folha de pagamentos ultrapassa 100% da arrecadação. "Ele queria dizer que os governadores deveriam cortar na carne", interpretou, ressaltando que, de fato, eles poderiam demitir 10 mil funcionários de salário mínimo e economizar 100 mil reais. "Uma poupança muito cara", opinou ele. Geraldo Melo disse que os atuais governadores herdaram estruturas caras.

**Mais apoio à Justiça Agrária**

Página 4

**Miranda sugere autocrítica ao Sebrae**

Página 3

## Leis do país estão em CD-ROM

A consulta à legislação brasileira posterior a 1946 já pode ser feita por meio de CD-ROM. O Senado Federal colocou à venda uma edição em CD contendo toda a legislação federal, incluindo leis, decretos e decretos-leis e principais jurisprudências firmadas nos tribunais superiores.

O trabalho foi organizado pela Secretaria de Documentação e Informação, através das Subsecretarias de Análise e de Edições Técnicas, ficando a parte técnica de informática a cargo do Prodasen.

O produto pode ser adquirido diretamente na Subsecretaria de Edições Técnicas, que fica na Unidade de Apoio III, ao lado do Cegraf. Basta apresentar um comprovante de depósito feito no valor de R\$ 65,00 em nome da Fundasen, na Caixa Econômica Federal, agência Congresso (005), conta corrente nº 950.056-8, operação 006. O CD também também está disponível para outros estados.

# Valmir alerta para mudança produzida pela informática

*E diz que governo deve levar em conta mundo globalizado, ao propor reformas*

Com o argumento de que a expansão da informática fascina e assusta, o senador Valmir Campelo (PTB-DF) alertou sexta-feira para o fato de que o fácil acesso à informação está gerando um mundo interconectado e globalizado e, que na promoção das reformas do Estado, o governo brasileiro deve levar isso em conta. Ele disse que está em xeque até o conceito clássico de soberania nacional, visto que no espaço cibernético não há fronteiras, alfândegas ou censuras.

O senador ressaltou que essas mudanças devem ser parte do universo de reflexão do governante, pois em um mundo em mutação não se pode mais aplicar conceitos construídos para outra realidade. "Os rótulos direita, esquerda, neoliberal, neossocial e coisas do gênero pertencem a outra era", disse o parlamentar, pregando a necessidade de

ajustar-se o Brasil à nova realidade mundial.

Na opinião de Valmir Campelo, é isso que o presidente Fernando Henrique Cardoso pretende fazer com o seu projeto de reformas.

Ao sustentar a necessidade de uma ampla reforma tributária e fiscal, Campelo alertou que "esta reforma tem que ser contundente e não tão tímida como propõe o governo". Em parte, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse que as reformas em curso no Brasil correm o risco de destinarem-se a dinossauros e não ao Estado globalizado que está se formando.



Valmir Campelo

Bernardo Cabral (PP-AM)

sustentou que as reformas propostas ilustram o fato de que todo governante sonha em ter uma Constituição adequada a seu governo. Romero Jucá (PFL-RR) disse que a própria burocracia está sendo atropelada pelo processo de integração mundial.



Bernardo Cabral

## Cabral elogia mídia do Senado

Ao destacar em plenário o novo visual do Diário do Senado Federal, o senador Bernardo Cabral (PP-AM) afirmou que hoje qualquer cidadão pode saber com isenção de todo trabalho dos senadores através dos vários meios de divulgação implantados pela Secretaria de Comunicação Social. "Agora, é muito fácil saber o que cada senador está fazendo e sem beneficiar este ou aquele parlamentar." Ele elogiou o "Jornal do Senado" (impresso diariamente) e o telejornal "Jornal do Senado", este colocado à disposição das emissoras, via satélite, pela Radiobrás.

Bernardo Cabral recebeu apertes de apoio dos senadores Valmir Campelo (PTB-DF), Romero Jucá (PFL-RR) e Levy Dias (PPR-MS).

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE Senador José Sarney

- 10h - Despacho interno.
- 14h30 - Presidência Sessão não-deliberativa do Senado.
- 15h - Recebe o senador Roberto Requião e o governador da Província chinesa de Zhejiang.

### PLENÁRIO

- 14h30 - Sessão não-deliberativa do Senado.

### PREVISÃO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES PARA A SEMANA Terça-feira (10.10.95)

- 11h - Comissão da Reforma Político-Partidária  
Pauta: Exposição do ministro da Justiça, Nelson Jobim. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.
- 11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a

MP nº 1.143/95, que dispõe sobre o número de cargos de natureza especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

### Quarta-feira (11.10.95)

- 10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura  
Pauta: Exposição do ministro do Planejamento, José Serra, sobre orçamento. Local: Sala 11 - Ala Senador Alexandre Costa.
- 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se a "PEC nº 26/95, que prorroga a vigência da lei orçamentária para o exercício financeiro seguinte. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.



# Miranda espera autocrítica do Sebrae e ação em favor das pequenas empresas

*Senador diz que órgão, "repleto de dinheiro", converteu-se em fonte de benesses para o círculo restrito dos "aproveitadores que giram em torno do poder"*



Eduardo Suplicy

## Suplicy pede que DNER explique contradições

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) cobrou sexta-feira, no plenário do Senado, explicações do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e do próprio ministro do Transportes para contradições encontradas na análise da proposta orçamentária do órgão para 1996.

Suplicy entende que existem discrepâncias de valores nas contratações de obras e identificou o uso de rubricas impróprias para o pagamento de contratos de supervisão, item que não tem qualquer previsão específica de dotação, segundo sua análise. Ele pediu o envio urgente dos esclarecimentos para apreciação pela Comissão de Orçamento.

Eduardo Suplicy chamou a atenção para o fato de que dados extraídos do Siad mostram que as rubricas de restauração e de construção de rodovias são usadas como fontes para o pagamento de contratos de supervisão. "Sendo assim - concluiu o parlamentar -, o DNER usa rubricas de investimento para contratar serviços que são claramente pertencentes à categoria de Outras Despesas Correntes".

Ao destacar a importância social e econômica das micro e pequenas empresas, o senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) manifestou a esperança de que a devassa imposta pelo Tribunal de Contas da União na conduta administrativa e nas contas do Sebrae leve esse órgão "a uma autocrítica que o faça trabalhar de verdade em favor das micro e pequenas empresas".

Para o senador, "a extraordinária propaganda" que o Sebrae promove em torno da própria entidade, e "que causa inveja às grandes multinacionais", não o livrou de ver, agora, suas mazelas



Gilberto Miranda

expostas à crítica severa da opinião pública.

- Chega de publicidade televisiva ociosa e antiquada - disse o senador, para quem o Sebrae, numa primeira fase, aplicou com razoável critério os recursos alocados a seu favor. Depois, "com o prestígio político conquistado", despertou a cobiça de influências estranhas às suas finalidades e, "repleto de dinheiro, converteu-se em fonte de benesses para o círculo restrito de aproveitadores que giram em torno do poder".

O retorno do Sebrae aos seus objetivos originais, segundo Gilberto Miranda, é importante para que o Brasil ingresse

no grupo das economias evoluídas, onde a presença do pequeno empresário está rodeada de estímulos e cuidados, "tal o papel que desempenha na sociedade". Para ele, o apoio às micro e pequenas empresas, além de propiciar a formação de empresários, tira do subterrâneo da economia e traz para a legalidade as atividades produtivas informais.

- A pequena empresa não se apresenta como via de substituição da grande. Mas o crescimento de seu número pode representar um fator de decisiva importância na evolução da convivência pacífica, nas regiões metropolitanas, mercê de uma distribuição de renda não programada, porém de utilidade social incomparável - defendeu o senador.

## Hollanda destaca vantagens de empréstimo a Pernambuco

O governo de Pernambuco pagará juros de apenas 2% ao ano por um empréstimo de R\$ 9,39 milhões concedido pelo banco alemão KfW e destinado a bancar obras de saneamento básico em todo o estado. A autorização de tomada do financiamento, dada pelo Senado, prevê que a União concederá aval ao contrato.

Segundo o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Joel de Hollanda (PFL-PE), trata-se de um dos financiamentos mais baratos



Joel de Hollanda

obtidos hoje no mercado externo.

Além dos baixos juros, Pernambuco terá 20 anos para pagar o empréstimo e só a partir do décimo ano o estado começará a amortizar o principal da dívida. Serão implantadas com o dinheiro obras de esgotos condominiais e recuperados os sistemas de abastecimento de água em cidades pernambucanas com população entre 5.000 e 40.000 habitantes. O governo estadual participará com recursos próprios no valor de R\$2,94 milhões.

## Josaphat aponta penúria vivida por universidade

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) transmitiu ao plenário a "profunda inquietação" vivida pelos reitores de universidades federais, com o esgotamento dos recursos orçamentários para a manutenção das atividades de ensino e prometeu encaminhar o problema ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

Segundo comunicação que o senador recebeu do reitor da Universidade Federal da Bahia, as universidades já não têm mais dinheiro para pagar os vales de alimentação e transporte para os funcionários.



Josaphat

# Senadores apóiam criação da Justiça Agrária

*Jefferson, Valmir e Cabral endossam a idéia de Jucá de instituição de uma justiça especializada para resolver os conflitos pela posse da terra no Brasil*



Jefferson Peres

## Demarcação deve preservar caboclos

O governo deverá ter grande cautela ao demarcar áreas indígenas da Amazônia onde vivem há mais de 100 anos caboclos descendentes de migrantes nordestinos, alertou em plenário o senador Jefferson Peres (PSDB-AM).

"No Alto Solimões, esses caboclos vivem da caça, da pesca e do extrativismo vegetal, tal como os índios ticunas. Não poderão ser removidos da área sob pena de se cometer, em nome da justiça aos índios, uma intolerável injustiça com esses humildes habitantes da região", afirmou.

Jefferson Peres criticou o decreto que trata da demarcação de reservas indígenas, o qual não reconhece o contraditório. "A Funai adota todos os procedimentos para demarcar uma área e, no final, o governo federal a desapropria e as partes interessadas não têm, durante o processo, o direito de se defenderem, de contraditarem".

O senador Romero Jucá (PFL-RR) defendeu sexta-feira a urgente criação de uma justiça agrária no Brasil, solidarizando-se com o senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) que, como ele, também apresentou uma proposta de emenda constitucional prevendo a instituição dessa justiça especializada.

"Essa conjugação de idéias só faz fortalecer a minha proposição de tentar viabilizar a reforma agrária no Brasil", declarou o senador por Roraima. Jucá disse que são mais de 50 milhões os brasileiros excluídos do campo.

Igualmente preocupados com a reforma agrária, os senadores Jefferson Peres (PSDB-AM), Valmir Campelo (PTB-DF) e Bernardo Cabral (PP-AM) apartearam para lastimar o fato de o Brasil ainda não ter solucionado esse problema e

lembraram que uma política de distribuição de terras deve levar em conta as diversidades do país. Bernardo Cabral disse que, na condição de orador de sua turma quando se formou em Direito, já clamava por reforma agrária. Cabral acrescentou que a questão agrária é mais grave no Norte do país, onde "o problema da terra é um passo estreito para a convulsão social".

No mesmo discurso, o senador Romero Jucá louvou o extinto Projeto Rondon e a idéia agora concebida pelos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente de restaurá-lo.

Ao reportar-se à proposta de reforma administrativa que tramita atualmente na Câmara dos



Romero Jucá

Deputados, Romero Jucá defendeu a estabilidade do funcionário público e condenou os supersalários ainda mantidos por uma minoria de servidores.

- É inadmissível que algumas pessoas, por força de uma legislação às avessas, tenham altos salários - assinalou.

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) disse que esse problema pode ser corrigido por meio de lei ordinária e pelo Poder Judiciário. "Não é preciso extinguir a estabilidade para corrigir ilegalidades", afirmou o senador baiano, argumentando que os governantes podem arguir a inconstitucionalidade de aumentos salariais e pedir ao Supremo Tribunal Federal que os corrija.

## Odacir questiona retirada de projeto sobre pneu usado

O senador Odacir Soares (PFL-RO) questionou a decisão do governo de retirar da Câmara o projeto que regulamentava a importação de pneus usados, que deveria ter sido votado no final de setembro. A seu ver, o lobby dos fabricantes de pneus pode ter influenciado o governo a retirar o projeto, sob o argumen-



Odacir Soares

to de que o produto importado vinha prejudicando as empresas nacionais do ramo, impedindo inclusive a geração de novos empregos.

Depois de destacar que o pneu de "meia vida" importado pressionava para baixo os preços dos novos fabricados no país, Odacir Soares perguntou se o mesmo não poderá ocorrer com as importações de calçados, ele-

trônicos, alimentos, louças, tecidos e medicamentos.

O senador, no entanto, afirmou que não se preocupa com a batalha dos empresários dos pneus, mas sim com o poder de lobistas no Congresso Nacional. Se eles têm tanto poder, "o que fazer com o projeto da reforma administrativa, que tem a seu favor o lobby irresistível do governo em confronto com o lobby avassalador dos juristas e dos servidores públicos?"

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalma Lima e Edson de Almeida  
Diagramação - Alcemar Coelho e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Revisão - Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.